Interesses económicos, desconhecimento e desinteresse político têm dificultado implementação da Lei dos Solos em Portugal

24 de Janeiro, 2023

O atraso da implementação da Lei dos Solos em Portugal foi a questão central levantadas no debate promovido na conferência “**Solos Saudáveis e Gestão Sustentável do Solo**”, realizada na passada sexta-feira, 20 de janeiro, no auditório da sede nacional da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa.

Interesses económicos e o desordenamento territorial são as duas razões apontadas por **Nuno Lacasta**, presidente do Conselho Diretivo **Agência Portuguesa do Ambiente (APA)**, para justificar o atraso de uma Lei de proteção dos solos em Portugal. O responsável diz não compreender o “dilema societal” que Portugal enfrenta: “Faz-me confusão que tenhamos cidades, como o Barreiro ou Estarreja, que estão há 20 ou 30 anos por aproveitar e ser normal continuar a expandir cinturas urbanas, solo novo ou impermeabilização do solo só porque não temos capacidade fazer aquilo que todos os outros tendem a fazer”. Em Portugal, “por cada metro quadrado do terreno, temos de estender água, luz, telecomunicações muito mais longe do que a maior parte dos outros países”, exemplifica, alertando para a necessidade de a Lei dos Solos centrar-se nesta questão, assentando numa “lógica de eficiência da nossa economia e investimentos”. O presidente da APA deu ainda nota da evolução que já se faz sentir em matéria de solos, onde, há alguns anos, existia na sociedade portuguesa um “certo desconhecimento relativamente à utilização de metodologias de identificação de riscos e classificação do solo, algo que já não é bem assim: “Temos alguma experiência de fazer esta mesma avaliação”. Aliás, “na discussão que vamos ter sobre a Lei de Solos, vamos verificar que o debate que tem acontecido em Portugal é, agora, um debate europeu: estes valores e experiência dão hoje um nível de confiança relativamente àquilo que são as necessidades do país”.

Também **Rui Berkemeir**, representante da Associação **ZERO**, parece concordar que os interesses económicos não têm permitido que a Lei avance: “Apesar das muitas divergências com a APA, estamos em sintonia a 100% nesta questão e têm feito um trabalho meritório nesta área”. Se a Lei dos Solos já estivesse em prática, o responsável dá nota que, na venda dos terrenos, a lei obrigava a um relatório com a qualidade desse solo: “Se houve uma atividade de risco de contaminação do solo nesse terreno, no momento da venda já era possível saber o seu estado”, exemplifica.

Apesar do tema centrar-se muito nos solos contaminados e na sua poluição, Rui Berkemeir destaca a qualidade dos solos em termos de matéria orgânica como um outro aspeto a ter em conta: “Não há dúvidas que temos muitos resíduos orgânicos que deviam ser aproveitados. Dos resíduos urbanos, temos uma produção de 2 milhões de toneladas de bioresíduos, dos quais aproveitamos 300

toneladas”, ou seja, “envia-se para aterro muita matéria orgânica”, atenta o responsável, considerando ser “muito importante que Portugal avance mais rápido na recolha de bioresíduos”.

“Como em todas as profissões poderá haver profissionais mais ou menos preparados”

Já **Fernando Ferreira**, especialista em políticas públicas de ambiente e assessor na área do Ambiente na **Câmara Municipal de Lisboa**, parece não ter dúvidas de que tem havido “um enorme desconhecimento público e desinteresse sobre esta matéria”. Contudo, a consciência por parte da população tem mudado e, através dos meios de comunicação social, tem-se trazido o tema dos solos contaminados para cima da mesa: “Nos últimos cinco anos, é brutal a quantidade de artigos de investigação e debates sobre solos contaminados que se faz e a evolução da própria Administração Pública e stakeholders sobre esta matéria de uma forma muito proativa”. Aliás, “o caminho daquilo que era a perceção da Administração Pública em licenciar, analisar e promover foi notável”, considera o responsável, constatando que “há também uma maior consciência de evoluir rapidamente”.

Sobre boas práticas, Fernando Ferreira destaca o “Plano Geral de Drenagem de Lisboa”, numa obra com 550 mil toneladas de solos escavados, onde nada foi feito sem antes serem feitos estudos ou avaliações: “Até os solos que foram retirados depois de análise prévia foram colocados em depósito provisório e selado”. Mais ainda: “A avaliação está a ser feita em contínuo com análises ao longo do processo para se fazer uma modelação daquilo que é a necessidade de tratamentos e destinos adequados para cada situação”. Para o especialista, esta é uma “obra essencial” para a cidade de Lisboa. Por outro lado, destaca-se como uma “má prática” a ausência de “responsabilização dos autores” dos estudos geoambientais: “Encontramos *copy paste* (...) assuntos que são desmentidos pela realidade objetiva (...) faz pensar que estamos na hora de uma intervenção mais forte”.

Por seu turno, **Joaquim Góis**, representante do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Geológica e de Minas da **Ordem dos Engenheiros (OE)**, destaca a qualidade da engenharia portuguesa e o seu reconhecimento mundial: “Como em todas as profissões poderá haver profissionais mais ou menos preparados mas, desde os engenheiros que trabalham na Câmara de Lisboa até aos engenheiros da APA, todos têm qualidade e essa é dada pela formação que têm que, reconhecidamente, é também ela de qualidade”. Portanto, “Impõe-se dizer que os engenheiros de ambiente não são diferentes das outras especialidades de engenharia: são muito bons”. afinha. E se há “exemplos negativos”, há também positivos que, nas últimas décadas têm dignificado o papel de Portugal: “Já tenho idade suficiente para lembrar o que era o flagelo dos depósitos a céu aberto por esse país fora e que na década de 90 foram remediados”.

Sobre aquele que é o grande propósito da OE, Joaquim Góis é perentório ao afirmar que assenta em “instituir a figura do *quality* e do *competent person* que possam, de alguma forma, indicar e sugerir profissionais e engenheiros com qualificações acrescidas para o desempenho de determinados atos de engenharia, mais ou menos específicos, mas que sejam uma grande da responsabilidade e da competência técnica”.

“A academia tem um papel importante, mas não é suficiente”

Considerando que, existe, realmente progressos significativos em matéria de proteção do solo e na reparação dos sítios contaminados, **Carlos Costa**, representante do Grupo de trabalho de solos da **AEPSA**, considera que é fundamental “garantir a utilização segura e sustentável e circular dos solos escavados”, priorizando a “utilização dos solos escavados não contaminados” e, por outro lado, “procurar os solos que podem ser geridos de uma forma correta, procurando garantir a sua reciclagem e valorização multimaterial, em detrimento de soluções em deposição em aterro” e, naturalmente, “se possível, conduzi-los para utilização que permitam reintegrar esses solos na sustentabilidade do local que habitamos”. Uma preocupação que deve ser tida em conta é que “os solos que são escavados e que podem ser integrados na cadeia de valor tenham os seus fluxos rastreados, de forma a saber de onde vêm, para onde vão e qual o controle de qualidade que se faz desde o local da escavação ao seu destino final”, sucinta.

Do lado académico, **Maria de Graça Brito**, docente da **FCT NOVA** no departamento de Ciências da Terra, também parece concordar que se observa uma evolução nestes temas: “Neste momento, a APA consegue orientar os profissionais para fazer o mínimo exigido”. Contudo, olhando para a Academia, esse é um trabalho que não tem evoluído tanto quanto se gostaria: “Muita da formação que tem sido dada (...) não chega: Estes problemas da avaliação, caracterização, contaminação e risco para a saúde humana têm muitas especificidades e não se consegue numa vertente de um curso abrangente”. Apesar da “muita formação”, a responsável atenta que as associações ambientalistas, a **AEPSA** e as empresas também têm um papel importante em “complementar toda a formação que se possa dar a nível universitário”, pois há “muitas especificidades em que os profissionais e licenciados terão de se especializar”. Em Portugal, por exemplo, já se veem empresas” muito especializadas nestas matérias que têm dado passos avançados e apoio em termos de empregabilidade, estágios, troca de informação sobre casos de estudo”. Em suma, “a academia tem um papel importante, mas não é suficiente”, sucinta.

A conferência “Solos Saudáveis e Gestão Sustentável dos Solos”, organizada pela Associação das Empresas Portuguesas para o Setor do Ambiente (**AEPSA**), em conjunto com o Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Geológica e de Minas da Ordem dos Engenheiros (**OE**) e a Associação Técnica para o Estudo da Contaminação do Solo e Água Subterrânea (**AECSAS**), juntou vários especialistas em Lisboa.